

# DESCONSTRUINDO A HISTÓRIA: HAYDEN WHITE E A ESCRITA DA NARRATIVA\*

Gabriella Lima de Assis\*\*  
Marcus Silva da Cruz\*\*\*

**Resumo:** dentre as principais formas de abordagens do conhecimento histórico, o desconstrucionismo enfatiza a relação entre a forma e o conteúdo da narrativa histórica. Nesse sentido, pretende-se discutir o método desconstrucionista de Hayden White, segundo o qual o passado só existe na forma como ele é escrito pelos historiadores sendo a história, portanto, uma criação literária.

**Palavras-chave:** Narrativa histórica. Hayden White.

## DECONSTRUCTING THE STORY: HAYDEN WHITE AND NARRATIVE WRITING

**Abstract:** *among the major types of approaches to historical knowledge, the deconstruction emphasizes the relationship between form and content of historical narrative. Accordingly, we intend to discuss the deconstructionist method of Hayden White, according to which the past exists only in the way it is written by historians and history, therefore, a literary creation.*

**Keywords:** *Historical narrative. Hayden White.*

A condição contemporânea denominada por Alun Munslow de “Posmodernidade” (MUNSLow, 2009, p. 10) ressalta o debate sobre a representação da realidade. Nossa interrogação parte do pensamento posmoderno para podermos repensar a história em seu nível mais básico e questionar a capacidade dos historiadores de reconstruir e explicar objetivamente o passado. Para tanto, percorremos em primeiro lugar algumas discussões sobre História e passado, em segundo sobre História e ciência, em terceiro sobre problemas epistemológicos e metodológicos da História, em quarto acerca da interpretação e o fato histórico e em quinto sobre o desconstrucionismo. Por fim, apresentamos as perspectivas de Hayden White como um autor desconstrucionista.

Em primeiro lugar, na comparação da História com outras áreas do conhecimento humano, podemos verificar que existem poucas obras de História tratando de teoria. Na visão de Keith Jenkins (2009), exceto Bloch, Collingwood, Geyl, Foucault e Hayden White, em suas respectivas épocas, poucos autores informaram de modo significativo acerca da natureza da história.



Para Jenkins (2009), esse é o caminho que a História deverá seguir para modernizar-se. Será necessário pensar sobre a natureza da história, bem como sobre a maneira que o seu discurso é estruturado, se é ou não possível uma compreensão objetiva do passado e por fim qual é a situação dos pareamentos (causa e efeito, semelhança e diferença, continuidade e mudança) que aparecem com frequência nas definições do que seja história.

Nesta discussão teórica, uma distinção necessária a ser feita é entre história e passado. Embora o termo “história” possa abranger tanto os escritos dos historiadores quanto tudo aquilo que passou antes em todos os lugares, é preciso levar em consideração essa distinção. Para tanto, Jenkins (2009) estabeleceu “o passado como o objeto da atenção dos historiadores, a historiografia como a maneira pela qual os historiadores o abordam” (p. 25) e a palavra História para indicar o todo.

Outra discussão teórica importante é que nós historiadores inventamos histórias sobre o mundo e o passado. Estas só chegam até nós como narrativas, por conseguinte não podemos sair de tais narrativas para verificar se correspondem ao mundo ou ao passado reais, uma vez que elas mesmas constituem a realidade.

Assim, o passado humano só pode ser rerepresentado pela História como uma paisagem, por isso faz parte da consciência histórica que não existe uma interpretação precisa e única do passado. Como não podemos reviver o objeto de estudo da História e tão pouco retomá-lo como realidade, o texto produzido pelos historiadores jamais poderá ser a reconstrução do tempo passado. Então, a partir da forma de tratamento que damos ao passado, podemos localizar o texto da História entre as artes e a ciência. Se por um lado, o historiador pode usar a sua imaginação e ousar na sua narrativa devido às restrições do tempo e do espaço, por outro lado, o seu texto deve ser inteligível, convincente e confiável na medida em que precisa responder sobre como as pessoas viviam no passado.

Nesse sentido, Gaddis explica que para Hayden White as formas de explanação escolhidas pelo historiador, conscientemente ou inconscientemente, que privilegiam o aspecto do enredo são “a liberdade de destacar algumas coisas em detrimento de outras e de não se ater a uma cronologia estrita, a permissão de reunir fatos sem conexão no espaço, e, depois reorganizá-lo geograficamente” (GADDIS, 2003, p. 34-5).

Portanto, os historiadores tem a capacidade de seleção, bem como a de trabalhar com a simultaneidade e manipular a escala de análise. Na mesma medida que o tempo e o espaço são infinitamente divisíveis, infinitas são para os historiadores as opções de escalas e de lugares para evidenciar ao seu modo algum momento do passado da humanidade.

Se compararmos a representação histórica e a representação cartográfica notaremos que, assim como os mapas, as narrativas históricas são representações e não réplicas da realidade. Porém, as paisagens históricas se diferenciam das paisagens cartográficas naquilo que tange a realidade física. Enquanto os mapas podem guiar qualquer pessoa pela realidade física, as paisagens históricas são fisicamente inacessíveis. O passado é algo que não poderemos possuir, pois quando percebemos o que aconteceu, os fatos já se encontram inacessíveis para nós.

Em segundo lugar, a reflexão sobre o caráter de cientificidade da história passa também pelo questionamento da exatidão e objetividade das ciências no geral. A partir dessa problemática, a diferença estará entre a capacidade real de réplica (experiência reproduzida em laboratório) e a capacidade virtual de réplica associada as experiências reflexivas. Então, o diferencial nessa comparação será a acessibilidade em oposição a inacessibilidade de processos.

Para Gaddis (2003), o pensamento do matemático francês Henri Poincaré reforça a teoria do caos e da complexidade que tornou ultrapassado para as ciências naturais a objetividade e exatidão da observação. Foram informações úteis para os historiadores saber que: “algumas coisas são previsíveis e outras não; as regularidades coexistem com aparentes acasos; tanto a simplicidade como a complexidade caracterizam o mundo onde vivemos” (p. 96).

Porém, mesmo que os argumentos postos acima nos levem a aproximar o método da História ao método das ciências exatas, é preciso dizer que “as chamadas ciências exatas não lidam com entidades auto-reflexivas nem trocam informações e produzem um *feedback*, entidades que eu chamo de pessoas” (GADDIS, 2003, p. 128).

Então, para Gaddis (2003) o método do historiador de tornar o passado acessível não tem diferença dos meios pelos quais o indivíduo, enquanto entidade auto-reflexiva, torna seu passado



suportável: há muito que suprimimos, seja consciente ou inconscientemente, assim como há muito mais que escolhemos, deliberadamente, enfatizar.

Esta afirmação de Gaddis nos remete a discussão da memória como parte do ofício do historiador. A medida que, como propriedade de conservar informações, a memória é um conjunto de funções psíquicas pelas quais todos podem atualizar impressões e informações passadas (LE GOFF, 2003), ela parece ser um fenômeno individual. Porém, como trabalhou Maurice Halbwachs (*apud* POLLAK, 1992), a memória deve ser entendida também como um fenômeno construído coletivamente e sujeito a transformações, mesmo que existam marcos imutáveis nessa memória individual ou coletiva.

Ainda sobre a memória, para Pollak (1992) se ela é fenômeno construído socialmente, todo documento também o é. Assim, nenhuma fonte, seja ela oral ou escrita, pode ser tomada pelo historiador sem criticar a maneira como ela se apresenta, sendo necessário levantar meios de controlar as distorções e a gestão da memória.

Em terceiro lugar, tanto no campo epistemológico quanto no metodológico podemos identificar problemas historiográficos. No campo da epistemologia, a história apresenta o problema de possuir um discurso em constante transformação, a medida que nenhum historiador consegue recuperar totalmente o passado, passa-se ter variedades de interpretações para o mesmo, “mude o olhar, desloque a perspectiva, e surgirão novas interpretações” (JENKINS, 2009, p. 35).

Do ponto de vista metodológico, embora exista consenso sobre a importância de um método rigoroso, é impossível saber qual método – o neomarxista, o empirista moderno, o pós-estruturalismo etc. – nos conduziria ao passado mais verdadeiro. Assim, mesmo que em todos os tipos de histórias tenhamos conceitos históricos, não podemos tomá-los como alicerces, porque eles não são eternos e universais, mas localizados e particulares. O historiador demonstra isso em seu texto pela historicização.

Em quarto lugar, se o trabalho do historiador é descobrir não apenas o que aconteceu, mas também como e porque aconteceu e o que as coisas significavam e significam, é inevitável a dimensão interpretativa desse trabalho.

Sobre isso, Jenkins (2009, p. 60) afirmou que “embora possam existir métodos para descobrir o que aconteceu, não existe absolutamente nenhum método pelo qual se possa afirmar de uma vez por todas, ponto-final, o que os fatos significam”. Assim, existem padrões de dominação e marginalização que são elaborados historiograficamente, por isso, qualquer narrativa histórica é ideológica, não existem histórias que não se destinem a alguém.

Para reforçar um pouco mais essa ideia, podemos afirmar que não existem interpretações do passado livre de pressupostos, toda interpretação do passado é construída em determinado presente, impossibilitando o historiador de se isentar do seu presente para chegar sem imparcialidade ao passado de alguém nos termos desse alguém.

Portanto, da maneira como Jenkins interpretou o pensamento de Collingwood de que toda história é a história do que as pessoas do passado tinham na cabeça, toda história é história da mente também dos historiadores.

Em quinto lugar, a natureza genuína da história só pode ser compreendida quando ela é vista como uma criação, e eventual imposição, por parte dos historiadores de uma forma de narrativa particular sobre o passado. Para tanto Alun Munslow levantou quatro questões que discutiu na obra *Desconstruindo a História* publicada no português em 2006:

- 1) Pode o empirismo construir legitimamente a história como uma epistemologia distinta?
- 2) Qual o caráter da evidência histórica e qual a função que ela exerce?
- 3) Qual o papel do historiador e como ele utiliza a teoria social e a construção de suportes explanatórios na compreensão histórica?
- 4) Qual a importância da forma narrativa da história para a explanação histórica?

Sobre o primeiro questionamento, Munslow destacou que a história não pode alegar uma cientificidade rigorosa no mesmo sentido das ciências da natureza, uma vez que o historiador seleciona seus dados em função de seu interesse em determinado evento ou em um ato individual que responde intencionalmente às circunstâncias em estudo, o passado se torna conhecimento transmitido de acordo com os princípios básicos da forma narrativa.



Nesse sentido, a relação da história com a literatura estaria na referencialidade. Mesmo que a história não possa ter acesso direto ao passado, ela se utiliza da narrativa para substituir o próprio passado e também como um meio de negociação em seu compromisso ativo com o passado.

Então, epistemologicamente a história pode ser definida como um processo de produção de base lingüística no qual a interpretação histórica escrita é organizada e criada pelos historiadores (MUNSLOW, 2009, p. 15).

Acerca da segunda questão, o autor diferenciou “evidência” de “fato”. Para ele a evidência pré-existe nas estruturas narrativas e é carregada de significados culturais, enquanto o fato não tem significado em seu estado não processual de simples relato de evidência. Portanto, por meio das interpretações narrativas a evidência é transformada em fato, e este ganha significado mais amplo quando organizado pelo historiador a fim de relacioná-lo com um contexto determinado.

Munslow localiza a terceira questão no âmbito das discussões sobre a crença em uma história capaz de reconstruir objetivamente os fatos. Ao contrário dos empiristas radicais que rejeitam a intervenção e a imposição do historiador no tratamento da evidência, o autor acredita que o conhecimento histórico não é objetivo, uma vez que é marcado pela impressão digital de seus intérpretes.

Para responder a quarta questão Munslow apresentou a narrativa histórica como sendo um discurso que coloca diferentes eventos em uma ordem compreensível. Enquanto para os teóricos da história como Jenkins, Mink e White nós não vivemos estórias, apenas recontamos nossa experiência vivida em forma de estória, para Gallie, Carr e Ricouer há uma correspondência entre a história vivida e a história escrita.

Ainda sobre importância da forma narrativa da história para a explanação histórica, quando consideramos o caráter narrativo do discurso histórico, não podemos esquecer a contribuição de Michel Foucault ao dizer que o estudo organizado do passado como uma narrativa se encontra no ponto central da disseminação de poder na sociedade contemporânea. Assim, toda narrativa histórica está sujeita a demandas complexas e sutis de ideologia que lhes atribui efeitos.

Como um historiador posmoderno, Munslow define a história escrita como uma “representação narrativa socialmente construída que reconhece o fracasso atual dessas formas narrativas em representar com precisão ou objetividade” (MUNSLOW, 2009, p. 28).

Assim, para o autor, a consciência desconstrucionista contribui ao afirmar que o passado nunca é fixo devendo, portanto, ser tratado como um texto a ser examinado em suas possibilidades de significados.

Além dessa abordagem desconstrucionista, Munslow considera o reconstrucionismo e o construcionismo como formas principais de abordagens do conhecimento histórico.

Enquanto o reconstrucionismo elabora explicações históricas considerando a evidência, portanto, sustentando a pesquisa história objetiva, o construcionismo pressupõe explicações totais e globalizantes, e busca no passado modelos que podem ser aplicados no presente.

Por sua vez, o desconstrucionismo enfatiza a relação entre a forma e o conteúdo, bem como o relativismo da compreensão histórica, possui consciência que a narrativa da história escrita é uma representação do conteúdo histórico.

A idéia de que nós intervimos constantemente no mundo real através da linguagem significa que não podemos alcançar uma representação direta da realidade. Deste modo, para o historiador desconstrucionista, as evidências históricas apenas sinalizam possíveis realidades e interpretações, pois todo contexto é textualizado ou narrativizado (MUNSLOW, 2009, p. 43).

Neste contexto, Munslow definiu o discurso histórico, a partir do pensamento de Michel Foucault e Hayden White, como um

uso de linguagem compartilhado no qual o significado deriva não diretamente da intencionalidade do falante/escritor, como ator histórico ou historiador, nem somente diz respeito ao conteúdo do que é dito ou escrito, mas à estrutura formal e ao contexto em que a enunciação ou o texto é comunicado ou situado (MUNSLOW, 2009, p. 51).

A contribuição de Hayden White ao desconstrucionismo está em considerar que o passado só existe na forma como ele é escrito pelos historiadores. Para este autor, a história é uma criação literária, já que sempre será interpretada através de relíquias textualizadas que, por sua vez, só podem ser compreendidas por meio das pistas de interpretações a serem organizadas pelos historiadores.



Tanto para Foucault quanto para White, mais importante que o sentido literal da narrativa histórica é o efeito literário. Assim, a explanação histórica depende do uso de tropos que escolhermos para nos expressar na forma narrativa.

Para Munslow, é reconhecendo o conteúdo expressivo e figurativo da narrativa histórica, o conteúdo de sua forma estrutural, que o historiador contribui para nossa compreensão do passado (MUNSLOW, 2009, p. 104).

Munslow levantou quatro questões fundamentais para o entendimento do modelo de escrita e compreensão histórica apresentado por Hayden White: A linguagem age em oposição a nossa pres-suposição de realidade porque é apenas através da linguagem que podemos apreender essa realidade? A prisão da linguagem significa que jamais poderemos escapar para a verdade? A forma de nossa reconstrução histórica condiciona diretamente ou constitui nossa interpretação? Como impomos nossas próprias estruturas narrativas ao passado?

Primordialmente, o método histórico de White parte da concepção de que a história escrita é indiscutivelmente um empreendimento literário, e não podemos ter acesso sobre o que foi o passado a não ser através da forma narrativa que criamos para organizá-lo.

Desta forma, o historiador desconstrucionista faz uma interpretação vista como tradução ou rendição de um texto, o passado, em uma nova versão narrativa que é um outro texto de sua própria invenção, a história escrita. O modelo de White sugere que para a história tratar o passado em seu nível cultural mais básico, ela tenha que ir ao nível da narrativa.

Podemos concluir, por Hayden White, que o significado dos fatos históricos muda na medida em que as interpretações históricas são continuamente revisitadas e a ausência de significado do passado tem uma nova ordem imposta sobre ela através do aspecto disciplinar da história.

White chama de “sublime” a incerteza inerente ou a mudança inexplicável do passado, nas palavras de Munslow, seria a ausência de significado, a falta de centro e a consequente falta de verdade do passado (MUNSLOW, 2009, p. 197).

Considerando este elemento sublime, se o Historiador não pode saber a estória presumida a ser combinada com a evidência, é porque, provavelmente, há um número infinito de estórias contadas no passado e sobre o passado. Nessa situação o historiador deve localizar os diferentes tipos de estórias que a evidência dará suporte que podem racionalmente ser produzidos com um enquadramento coerente informado pela estrutura pré-genérica da trama. Na perspectiva desse exercício historiográfico, White ressalta que o realismo é resultado das escolhas estéticas e éticas feitas pelo historiador.

Para White o conhecimento é construído através de tropos prefigurativos e de processos tropológicos. Assim, seguindo os quatro principais tipos de *tropo* (metáfora, metonímia, sinédoque, ironia) que funcionam como fundamentação para toda interpretação histórica, estão os quatro tipos de explanação em três agrupamentos, ou seja, quatro enquadramentos (romântico, trágico, cômico, sátira) associados com os quatro tipos de argumento (formista, mecanicista, organicista, contextualista) e quatro posições ideológicas (anarquista, radicalismo, conservadorismo, liberalismo).

Vale ressaltar ainda que, para White, os três agrupamentos externos da narrativa têm como base sua estrutura tropológica ou figurativa que é o processo no qual nos engajamos quando descrevemos para nós mesmos e para os outros as relações que supostamente existem entre objetos, textos, eventos e contextos (MUNSLOW, 2009, p. 206).

No enunciado de Aristóteles em sua obra “Poética”, enquanto a poética seria o discurso sobre o que poderia ter acontecido, a história foi apresentada como a narrativa dos fatos verídicos. Porém, na nossa contemporaneidade temos muitos autores que trabalham com o imaginário e que discutem não só o uso da literatura como acesso privilegiado ao passado, como colocam em pauta a discussão do próprio caráter da história como uma forma de literatura, ou seja, como narrativa portadora de ficção.

Estas questões foram enfrentadas de maneira singular por Hayden White em sua obra *Meta-história: a imaginação histórica no século XIX*, obra na qual concentrou-se na análise formalista dos historiadores oitocentistas Michelet, Ranke, Tocqueville e Burckhardt, bem como dos filósofos da história Marx, Nietzsche e Croce, para elaborar sua tese fundamental: a atividade do historiador seria ao mesmo tempo poética, científica e filosófica, incorporando em sua narrativa argumentativa modelos de análises literários, como ele próprio fez com as obras daqueles pensadores citados, destacando seus enredos (romance, comédia, tragédia e sátira), seus tropos retóricos (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia) e relacionando-os a



modos de explicação e atitudes políticas. Hayden White discutiu nesta obra o “próprio caráter da história como uma forma de literatura, ou seja, como narrativa portadora de ficção” (PESAVENTO, 2006).

Mesmo afirmando no artigo *O texto histórico como artefato literário* que tem havido uma relutância em considerar as narrativas históricas como o que elas mais manifestamente são – ficções verbais, cujos conteúdos são tão inventados como descobertos, e cujas formas têm mais em comum com suas contrapartidas na literatura que na ciência – isso não equivale na opinião de Hayden White a tomar a ficção verbal da história como discurso destituído de valor, mas, significa admitir que toda forma de conhecimento contém elementos de imaginação e de ficção, que a poesia não é seu elemento oposto.

Em *Teoria literária e a escrita da história*, uma das suas últimas publicações, Hayden White procurou sistematizar as quatro principais objeções levantadas pelos críticos à sua obra, e respondeu a cada uma.

A cerca da objeção de que a sua teoria reduziria a escrita da história há um determinismo linguístico, Hayden White argumentou que na verdade a tropologia é uma teoria do discurso, não da mente ou da consciência. Portanto, embora assuma que a figuração não pode ser evitada no discurso, a teoria, longe de implicar o determinismo linguístico, procura fornecer o conhecimento necessário para uma escolha livre entre diferentes estratégias de figuração.

Respondendo a objeção de que a teoria tropológica implicaria apresentar os próprios objetos da história como construções da linguagem, o autor argumentou que ela não sugere que “tudo” é linguagem, fala, discurso ou texto, mas apenas que a referencialidade e a representação linguística são assuntos muito mais complicados do que as antigas noções literalistas da linguagem e do discurso entendiam. A tropologia sublinha a função metalinguística, mais do que referencial, de um discurso porque está mais preocupada com os códigos do que com as mensagens contingentes que possam ser transmitidas por meio de usos específicos desses códigos.

Sobre o questionamento de que na teoria tropológica da linguagem, não poderíamos mais apelar para “os fatos” a fim de justificar ou criticar qualquer interpretação da realidade, Hayden White explicou que quando os críticos tropológicos analisam a estrutura tropológica de um texto, eles estão falando sobre *fatos* – fatos de linguagem, de discurso e de textualidade – mesmo se estão falando numa linguagem que sabem ser tão figurativa quanto literal. Eles estão se referindo a coisas que percebem ou acreditam perceber no texto, mesmo se estão se referindo tanto na maneira indireta da fala figurativa quanto na maneira direta da fala literalista.

Por fim, ao ser acusado de estabelecer uma teoria que destruiu a diferença entre fato e ficção, abalando o status epistemológico do conhecimento histórico, o autor esclareceu que a sua teoria apenas redefine as relações entre os dois dentro dos discursos. Para Hayden White se não existem fatos brutos, e sim eventos sob diferentes descrições, então a factualidade torna-se questão dos protocolos descritivos para transformar eventos em fatos, assim os eventos acontecem e os fatos são constituídos pela descrição linguística. O modo da linguagem usado para constituir os fatos pode ser formalizado e governado por regras, como nos discursos científicos e tradicionais, este modo pode ser relativamente livre, como em todo discurso literário modernista ou pode ser uma combinação de práticas discursivas formalizadas e livres.

Influenciado pelas abordagens intituladas pós-estruturalistas, desconstrucionistas e ainda pós-modernista utilizadas em recentes debates sobre a teoria literária, podemos localizar Hayden White no contexto da *linguistic turn*, termo usado pela primeira vez no início do século XX pelo filósofo do Círculo de Viena, Gustav Bergmann propôs uma espécie de paradigma que mantém o “ponto de vista de que os problemas filosóficos podem ser resolvidos (ou dissolvidos) pela reforma da linguagem, ou por uma melhor compreensão da linguagem que usamos no presente” (RORTY, 1998, p. 50).

Foi sobretudo no período contemporâneo que a Filosofia da Linguagem adquiriu uma importância central com a assim chamada “virada linguística”. A expressão foi retomada por Richard Rorty, que a consagrou, em uma coletânea intitulada precisamente *The Linguistic Turn*, de 1967.

No pensamento contemporâneo, com a “virada linguística” de que Rorty trata, temos uma crítica à tradição mentalista, por esta pressupor a noção de mente como um espaço interior e privado. Algumas das principais teorias desenvolvidas nesse contexto buscam uma forma de tratamento da linguagem enquanto estrutura lógica ou sistema de signos com regras internas, independentes do sujeito linguístico, tal como encontramos, por exemplo, embora em perspectivas muito diferentes, tanto em Frege quanto em Saussure. Por outro lado, a visão da linguagem como cultural, e portanto determinada histórica e socialmente, começa também a se desenvolver nesse período como alternativa ao mentalismo e ao subjetivismo.



Na verdade esse debate ultrapassou os limites do campo filosófico. Na História se travam importantes discussões que envolvem desde a possibilidade de utilização de certas fontes para se aproximar dos acontecimentos passados até as questões da narrativa histórica como ficção ligada à tropos pré-determinados pela linguagem, colocando em debate inclusive os limites do conhecimento histórico (MENDONÇA; ALVES, 2003).

Para Hayden White, o que o historiador produz são interpretações dos vestígios do passado disponíveis para o seu trabalho. Essas interpretações podem assumir numerosas formas, cujo ponto em comum é seu tratamento de um modo narrativo de representação como fundamental para que se perceba seus referentes como fenômenos específicos do campo histórico. Desta maneira, “onde não há narrativa, não existe discurso distintivamente histórico” (WHITE, 1991, p. 2).

Quando caracterizou o discurso histórico como interpretação e a interpretação histórica como narrativização, White partiu um debate historiográfico sobre a natureza do conhecimento histórico que contrapõe narrativa e teoria, bem como pensamento literário e pensamento científico. Para o autor a história é antes de mais nada um artefato verbal, produto de um tipo especial de uso da linguagem, portanto, antes do discurso histórico ser compreendido como produtor de um conhecimento específico, ele deve antes ser analisado como uma estrutura de linguagem.

Utilizando os conhecimentos produzidos pela linguística moderna e pela linguística semiótica, Hayden White estabeleceu que os quatro tipos gerais de tropos identificados pela teoria retórica neoclássica, a metáfora (baseada no princípio da similitude), a metonímia (baseada no princípio da contiguidade), a sinédoque (baseada na identificação de partes de uma coisa como pertencendo a um todo), e a ironia (baseada na oposição). Esses tropos nos fornecem uma classificação refinada dos tipos de discursos históricos e ainda permitem ver com mais clareza as maneiras pelas quais o discurso histórico se parece com e de fato converge para a narrativa ficcional, tanto nas estratégias que usa para dotar os eventos de significados como nos tipos de verdade que lida (WHITE, 1991, p. 10).

Para Hayden White a meta-história teria o trabalho de pensar como e porque a investigação histórica foi projetada para dar solução aos problemas intrínsecos a ela. A meta-história tenta se perguntar sobre as peculiaridades da História, e mesmo que filósofos, historiadores e também teóricos da literatura já tenham tratado dessas questões, para o autor, o status da narrativa histórica ainda é uma questão por se trabalhar.

Nesse sentido, não podemos nos esquecer do caráter provisório e da suscetibilidade de uma revisão infinita da narrativa histórica, bem como evitar a postura que torne esta narrativa relutantemente oposta à literatura e ao mito.

Sobre a consciência mítica, citando Northrop Frye, Hayden White disse que na escrita do discurso histórico o historiador pode criar uma dimensão de gênero ficcional na qual haveria a proximidade da História e da poesia (WHITE, 1994).

Para o autor, assim como para R. G. Collingwood, o historiador lança mão da imaginação construtiva para atribuir sentido a sua leitura documental, para isso ele realiza uma operação literária, uma vez que ao estudar determinado período, o historiador começa a perceber a possível forma de narrativa que tais eventos podem configurar, e depois faz uso da estrutura de enredo que lhe parece ser mais apropriada, construindo uma história trágica, cômica, romântica ou irônica, como classifica Frye.

Se consideramos a narrativa histórica como um sistema de signos, ela vai apontar ao mesmo tempo para duas direções, de um lado teremos os acontecimentos descritos pela narrativa e de outro o tipo de texto que o historiador escolheu para servir de ícone da estrutura dos acontecimentos. A narrativa histórica descreve os acontecimentos contidos num registro “de modo a informar ao leitor o que deve ser tomado como ícone dos acontecimentos a fim de torná-los familiares a esse leitor” (WHITE, 1994, p. 105).

Citando Lévi-Strauss, Hayden White acrescenta que as explicações históricas são determinadas mais pelo que os historiadores deixam de fora das suas representações do que pelo que nela incluem, ou seja, a coerência da história é alcançada mediante a adaptação dos fatos às exigências da forma do texto da história.

É nesse sentido que a História também pode ser considerada uma metáfora, uma vez que ela não reproduz os acontecimentos que escolheu descrever na sua narrativa, apenas indica a direção que devemos pensar acerca deles.



A linguagem utilizada pelo historiador em seu texto também indica que a narrativa histórica constitui um discurso figurativo. A História não possui uma linguagem própria com terminologias específicas, na verdade, para cumprir seu objetivo de tornar familiar aquilo que ainda não tomamos nota enquanto leitores, o historiador dispõe da linguagem culta habitual, ou seja, “os únicos instrumentos que ele tem para dar sentido aos seus dados, tornar familiar o estranho e tornar compreensível o passado misterioso são as técnicas de linguagem figurativa.

A partir disso Hayden White apresenta sua hipótese acerca da narrativa histórica, ele explica que diferente da Química e da Física que possuem um sistema terminológico-formal para descrever seus objetos, a narrativa histórica é um tipo de discurso figurativo que dita as formas fundamentais dos acontecimentos a serem estudados, os historiadores constituem seus diversos temas como possíveis objetos de representação narrativa por meio da própria linguagem que utilizam para descrever tais temas.

A distinção entre uma boa e uma má interpretação de um evento histórico não é simples de fazer-se, pois certamente vamos lidar com interpretações alternativas dadas por historiadores de erudição e complexidade conceitual. Dessa forma, se grandes clássicos da história não podem ser invalidados se torna mais evidente o caráter literário de suas narrativas.

Da maneira como expôs o autor, mesmo que consigamos fazer distinções entre o discurso poético e o discurso histórico em prosa, e também entre História e ficção, ainda assim o texto do historiador será a escrita daquilo que o passado poderia consistir, a redescrição progressiva de um conjunto de eventos, e trazendo a historiografia para mais perto de suas origens na sensibilidade literária, seremos “capazes de identificar o elemento ideológico, porque fictício, contido no próprio discurso” (WHITE, 1994, p. 116).

## Referências

- GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- GHIRALDELLI JR., Paulo. *Virada linguística: um verbete*. Disponível em: <<http://ghiraldelli.files.wordpress.com/2008/07/virada.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2010.
- JENKINS, Keith. *A História Repensada*. 3. ed. Tradução de Mario Vilela. São Paulo: Contexto, 2009.
- LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. 5. ed. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 2003.
- MENDONÇA, Carlos V. C. de; ALVES, Gabriela S. Os desafios teóricos da História e a Literatura. In: *História Hoje: revista eletrônica de história*, v. 1, n. 2, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.anpuh.uepg.br/historiahoje/vol1n2/historialiterat.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2009.
- MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a História*. Tradução de Renata G. Nascimento. Petrópolis: Vozes, 2009.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & literatura: uma velha-nova história*. Colóquio Nuevo Mundo Mundos Nuevos, n. 6, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/document1560.html>>. Acesso em: 6 out. 2007.
- POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Tradução de Monique Augras. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- RORTY, Richard. *El giro lingüístico*. Barcelona: Paidós, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A Filosofia analítica e a Filosofia transformadora*. Crítica: Revista de Filosofia. Disponível em: <[http://criticanarede.com/html/his\\_analitica.html](http://criticanarede.com/html/his_analitica.html)>. Acesso em: 30 de maio de 2010.
- WHITE, Hayden. *Teoria literária e escrita da história*. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Trópicos do discurso: Ensaios sobre a Crítica da Cultura*. São Paulo: Editora da USP, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Meta-História: A imaginação Histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da USP, 1992.

\* Artigo produzido a partir do projeto de pesquisa aprovado para o mestrado em História da UFMT.

Recebido em: 25.02.2010.

Aprovado em: 30.03.2010.

\*\* Mestranda em História, UFMT, bolsista CAPES.

\*\*\* Doutor em História pela UFRJ, professor adjunto da UFMT.

